



Diário Oficial

Nº 31.782

BELÉM-PARÁ, QUINTA-FEIRA 28 DE OUTUBRO DE 2010

Polícia Civil proíbe venda de bebida alcoólica e fixa jornada de trabalho

Portaria 576/2010, editada pela Polícia Civil proíbe em todo o território do Estado do Pará, no dia 31 de outubro de 2010, a venda e o fornecimento, ainda que gratuito, de bebida alcoólica, por bares, restaurantes, lanchonetes, boates e outros estabelecimentos similares, bem como,

por vendedores ambulantes, no período compreendido entre 06 e 18 horas. A Polícia Civil, através da Portaria 575/2010, também fixa no dia 31, expediente normal em todas as Seccionais Urbanas, Delegacias, Superintendências e Delegacias do Interior e entre as Divisões especializadas,

apenas a Divisão de Operações e Investigações Policiais (DIOE) e a Divisão Especializada em Meio ambiente (DEMA). A portaria, entre outras disposições, ainda estabelece jornada de trabalho dividida em dois períodos: de 08 às 14 e de 14 às 22 horas
(Cad. 2 - Pág. 8)

Processamento de leite

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT) avisa que fará licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 18/2010, com abertura às 10 h (horário de Brasília) do dia 17/11/2010, no endereço www.comprasnet.gov.br, cujo objetivo é a aquisição de equipamentos, visando a implantação de micro usina de processamento de leite.

(Cad. 1 - Pág. 16)

cooperação financeira

A Secretaria de Estado de Integração Regional e a Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás assinam convênio de cooperação financeira e parceria interinstitucional. O objetivo é possibilitar o desenvolvimento das ações do convênio com pavimentação de vias principais e construção de Escola Municipal de Ensino Fundamental Getúlio Vargas, oriundo do Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável firmado entre o Estado do Pará e o BNDS/FRD.

(Cad. 3 - Pág. 15)

Admissão de oficiais da PM

A Polícia Militar do Pará (PMPA) torna público o resultado final referente à habilitação dos candidatos do concurso público para admissão ao curso de Adaptação de Oficiais do Quadro de Saúde e o curso de Adaptação de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais da PM.

(Cad. 2 - Pág. 13)

Resultado de concurso

A Prefeitura Municipal de Oriximiná torna público o resultado final do concurso destinado ao preenchimento de vagas para o quadro de pessoal efetivo para todos os cargos com apenas uma etapa (prova objetiva), conforme edital de abertura. A ordem de classificação ficará publicada no site www.fadesp.org.br durante o prazo de validade do concurso.

(Cad. 4 - Pág. 14)

Asfalto participativo

A Secretaria de Transportes assina contrato com a empresa CFA Construções, Teraplenagem e Pavimentação Ltda para execução dos serviços de pavimentação de ruas do Programa Asfalto Participativo, no município de Redenção, sob jurisdição do 6º NR..

(Cad. 4 - Pág. 6)

Ponto facultativo

Decreto 2.579/2010, assinado pela governadora, transfere para 29 de outubro as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público e também faculta o expediente nos órgãos estaduais da administração direta e indireta, no dia 1º de novembro, efetuando a compensação de uma hora por dia de 03 a 10 de novembro.

A História no Diário Oficial

MOURA CARVALHO (XXIX)

O governador Luiz Geolás de Moura Carvalho sancionou a Lei nº. 1.708, de 22 de julho de 1959 criando o 3º Ofício de Justiça da comarca de Abaetetuba.

O funcionamento, além das atribuições de tabelião de notas e escrivão do civil acumularia as de Oficial de Registro de Nascimento, Casamentos e Óbitos, e também das execuções penais nos termos da Lei nº. 761, de 08/03/1954. O referido ofício seria provido imediatamente por nomeação do Poder Executivo, e, em seguida, a vitaliciedade, mediante concurso, nos termos da lei.

Também no dia 22 de julho, o governador sancionou a Lei nº. 1.709, autorizando o executivo a desapropriar o terreno urbano com um prédio, com uma área de 1.067,30 mts/2, situado na primeira rua esquina com a primeira travessa, no município de Soure, de propriedade de Morisson Divid Fadul, destinado à instalação da cadeia pública daquele município. A lei também abria um crédito especial de Cr\$ 500 mil cruzeiros para a desapropriação e instalação da cadeia pública no referido município.



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

ioepa

Informação que faz história